

## ECONOMIA Por FABIANO BELLATI

Fabiano Bellati é comentarista de Economia e Política Internacional, Mestre em Relações internacionais e Estudos Europeus pela Universidade de Évora em Portugal, Mestre em Administração de Empresas pelo Unisal, escritor e consultor. Como professor Universitário passou pelas principais universidades brasileiras nas áreas de gestão, economia e marketing.

## Estagflação à Brasileira: O Dilema Econômico que Trava o Crescimento e Corrói o Poder de Compra

economia brasileira enfrenta um de seus cenários mais desafiadores desde a recessão de 2015-2016: um ciclo persistente de inflação elevada com baixo crescimento, caracterizando o fenômeno conhecido como estagflação. A combinação de preços em alta, juros elevados e consumo retraído compromete a recuperação econômica e pressiona as camadas mais vulneráveis da população.

Segundo o Banco Central brasileiro, a inflação de abril acumulou 4,96% em 12 meses, puxada principalmente pelos setores de alimentos, combustíveis e habitação. Apesar da meta de inflação estar fixada em 3%, a autoridade monetária optou por manter a taxa

Selic em 10,50%, como tentativa de frear a escalada dos precos.

De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,3% no primeiro trimestre de 2025, uma desaceleração em relação ao mesmo período do ano anterior. O setor industrial encolheu, enquanto o agronegócio sustentou parte do resultado positivo, ainda assim insuficiente para impulsionar o crescimento agregado.

O problema se agrava com o desequilíbrio fiscal. A elevação dos gastos públicos, sem contrapartidas em aumento de receitas, vem aumentando o risco-país e desvalorizando o real. Ao mesmo tempo, o governo tem buscado compen-

sar parte desse rombo com aumentos sucessivos na carga tributária. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o número de medidas de aumento ou criação de novos impostos cresceu 28% no último ano, impactando diretamente o setor produtivo e o consumidor final. A aparente prioridade do governo é "manter a capacidade de investimento público e programas sociais", mesmo com o desafio de equilibrar as contas. Entretanto, o mercado tem reagido com cautela a essa postura. Além disso, dados da

Além disso, dados da PNAD Contínua indicam uma taxa de informalidade acima de 39% no mercado de trabalho. Na prática, milhões de brasileiros estão empregados sem acesso a direitos trabalhistas, plano de saúde ou crédito, o que fragiliza o consumo e a sustentabilidade econômica doméstica. A taxa oficial de desemprego está atualmente em 7,9%, o equivalente a 8,6 milhões de brasileiros sem trabalho, segundo o levantamento mais recente do IBGE. Apesar de uma leve melhora em relação ao ano passado, esse número ainda representa um contingente elevado de exclusão produtiva. Mais preocupante, contudo, é o índice de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos, que supera 18%, revelando uma geração com dificuldades de inserção no mercado formal.

Comparado aos vizinhos latino-americanos, o Brasil ocupa uma posição interme-

diária em termos de crescimento e estabilidade. A Argentina, por exemplo, vive uma crise ainda mais profunda, com inflação acima de 200% ao ano e recessão técnica. O Chile, embora enfrente protestos sociais e debates sobre reforma constitucional, mantém inflação sob controle (em torno de 3,6%) e apresenta crescimento moderado. A Colômbia tem investido em estabilidade fiscal e apresenta inflação abaixo de 6%, com taxa de juros em queda. Já o Peru, apesar da instabilidade política, mantém crescimento acima de 2% ao ano e inflação estável. O Uruguai, frequentemente citado como modelo de equilíbrio institucional, apresenta uma das menores taxas de desemprego da região (em torno de 8%), inflação controlada e sólida confiança externa. Em contraste, o Brasil combina inflação moderada, mas persistente, com juros altos e um mercado de trabalho ainda fragilizado, o que dificulta avancos consistentes.

A confiança do investidor também sofreu. Segundo dados da B3, houve fuga líquida de capital estrangeiro de R\$ 12 bilhões nos primeiros quatro meses do ano. Analistas de instituições como XP e Itaú BBA alertam para um ambiente de negócios ainda hostil, com excesso de burocracia, insegurança jurídica e uma reforma tributária travada no Congresso.

"É um quadro típico de armadilha econômica", afirma o economista-chefe da Fundação Getulio Vargas (FGV), Rodrigo Fraga. "Se o governo acelera gastos, alimenta a inflação. Se freia, compromete a demanda. É preciso um pacto de responsabilidade fiscal e produtividade."

Com o câmbio se aproximando dos R\$ 5,70, o Brasil volta a enfrentar um dilema de difícil solução, onde conter a inflação pode significar sufocar ainda mais o crescimento. Em meio a incertezas políticas e instabilidade global, a resposta exigirá coordenação entre política monetária e fiscal — algo ainda distante no horizonte atual.



